

HABEAS CORPUS Nº 494.041 - SP (2019/0046515-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FABRÍCIO DE VECCHI BARBIERI - SP319744
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATHEUS HENRIQUE LIMA GONCALVES (PRESO)
PACIENTE : JEFFERSON DE ANDRADE SOUZA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MATHEUS HENRIQUE LIMA GONCALVES e JEFFERSON DE ANDRADE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0017592-47.2015.8.26.0482.

Consta dos autos que os pacientes foram condenados às penas de 5 anos e 6 meses de reclusão, ambos em regime inicial fechado, e 13 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal (fls. 15/22).

Inconformada, a defesa recorreu e o Tribunal *a quo* proveu parcialmente o apelo defensivo para condenar os pacientes pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, às penas de 5 anos e 4 meses de reclusão, e 13 dias-multa, mantidos os demais termos da sentença condenatória (fls. 95/104).

No presente *mandamus*, a defesa sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal aos pacientes, pois manteve o regime inicial fechado ao réu primário, com pena fixada em patamar inferior a 8 anos, com base apenas na gravidade abstrata do delito, vulnerando os enunciados 440 da Súmula desta Corte e 718 e 719 da Súmula do STF.

Dessa forma, pede, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja fixado regime inicial semiaberto. Subsidiariamente, requer, em liminar, que os pacientes aguardem em liberdade o julgamento do

mérito da impetração.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruído, dispenso informações. Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator